



**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é de **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO EM REUNIÕES, EVENTOS E FESTIVIDADES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.**

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Administração Municipal tem a responsabilidade de promover e organizar reuniões, eventos e festividades que fazem parte do calendário oficial do município, além de ações institucionais e cerimoniais voltadas para o atendimento da população e fortalecimento das políticas públicas. Para garantir a adequada ambientação e ornamentação desses eventos, faz-se necessária a contratação de empresas especializadas na prestação desse tipo de serviço, com fornecimento de materiais, garantindo a padronização estética, qualidade, e eficiência na realização das atividades.

2.2. Dessa forma, o credenciamento de empresas para a prestação de serviços de ornamentação permitirá à Administração Municipal contar com um banco de fornecedores previamente habilitados, agilizando o processo de contratação e possibilitando maior eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos.

2.3. Essa modalidade também assegura a observância dos princípios de isonomia, eficiência e transparência na gestão pública, permitindo a inclusão de novos interessados que atendam aos requisitos técnicos e legais. Dessa forma, busca-se otimizar os recursos públicos disponíveis e garantir que a administração tenha de forma contínua, com qualidade e equidade os serviços desejados para garantir eficiência com os recursos públicos.

2.4. Portanto, a presente iniciativa visa garantir que todas as demandas relacionadas à ornamentação de eventos sejam atendidas de maneira organizada, eficiente e dentro dos padrões de qualidade esperados, proporcionando um ambiente adequado para cada ocasião e valorizando a identidade cultural e institucional do município.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do termo de credenciamento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



3.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são indispensáveis para manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades prolongadas, sendo que a vigência plurianual pode ser mais vantajosa, a ser analisada em momento oportuno pela autoridade responsável.

3.3. Os preços dos serviços (objeto deste termo) decorrerão de pesquisa de mercado ampla a ser realizada pelo setor próprio, considerando o preço médio alcançado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e considerando, os processos anteriormente realizados no órgão.

3.4. A empresa contratada deverá dispor de profissional devidamente habilitado na área específica de atuação de cada um dos itens, com formação acadêmica compatível e inscrição no órgão da profissão ativo, se for o caso.

4. DO OBJETO, QUANTITATIVO, VALORES ESTIMADOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os serviços abaixo descritos serão prestados de acordo com a necessidade previamente apresentada pela Secretaria responsável do evento, reunião ou festividade.

4.2. Os serviços serão prestados quando solicitados pela Secretaria demandante, considerando o objeto, quantitativo e valores estimados que seguem abaixo:

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UNID. | QUANT. | VALOR UNT |
|------|--|--------|--------|-----------|
| 1. | ARRANJO FLOR PERMANENTE REDONDO P | Unid. | 150 | R\$30,00 |
| 2. | ARRANJO FLOR PERMANENTE REDONDO M | Unid. | 150 | R\$40,00 |
| 3. | ARRANJO FLOR PERMANENTE REDONDO G | Unid. | 150 | R\$50,00 |
| 4. | ARRANJO FLOR NATURAL REDONDO P | Unid. | 70 | R\$50,00 |
| 5. | ARRANJO FLOR NATURAL REDONDO M | Unid. | 70 | R\$80,00 |
| 6. | ARRANJO FLOR NATURAL REDONDO G | Unid. | 70 | R\$100,00 |
| 7. | ARRANJO FLOR PERMANENTE COMPRIDO | Metros | 180 | R\$70,00 |
| 8. | PAINEL ROMANO COMPENSADO LISO 0,80X2,00M | Unid. | 90 | R\$80,00 |
| 9. | PAINEL ROMANO COMPENSADO ESTAMPADO 0,80X2,00M | Unid. | 180 | R\$110,00 |
| 10. | PAINEL ROMANO COMPENSADO LISO 1,45X2,00M | Unid. | 90 | R\$110,00 |
| 11. | PAINEL ROMANO COMPENSADO ESTAMPADO 1,45X2,00M | Unid. | 150 | R\$130,00 |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS**



CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

| | | | | |
|-----|---|--------|-------|-----------|
| 12. | ESTRUTURA DE MADEIRA VAZADA 1,00X2,00M | Unid. | 240 | R\$70,00 |
| 13. | TECIDO JACQUARD ESTAMPADO 3M DE LARGURA | Metros | 450 | R\$35,00 |
| 14. | TOALHA DE MESA JACQUARD REDONDA 2,60M | Unid. | 600 | R\$30,00 |
| 15. | TOALHA DE MESA QUADRADA 1,50X1,50M | Unid. | 450 | R\$16,00 |
| 16. | ARCO DE BALÕES SIMPLES | Metros | 900 | R\$100,00 |
| 17. | ARCO DE BALÕES ORGÂNICOS | Metros | 1500 | R\$170,00 |
| 18. | ARCO DE BALÕES ESPIRAL | Metros | 1200 | R\$120,00 |
| 19. | TAPETE FELPUDO 2,00X2,40M | Unid. | 150 | R\$60,00 |
| 20. | TAPETE CARPETE | Metros | 450 | R\$20,00 |
| 21. | POLTRONA DE SUEDE | Unid. | 240 | R\$100,00 |
| 22. | EXTENSÃO DE LÂMPADAS DE FILAMENTO | Unid. | 120 | R\$60,00 |
| 23. | CORTINA DE TECIDO VOIL 3,00M DE LARGURA | Metros | 1.500 | R\$35,00 |
| 24. | ARCO SUPORTE DE FLORES EM MADEIRA 2,00X1,50M | Unid. | 90 | R\$100,00 |
| 25. | TAMPÃO DE COMPENSANDO 2,00X0,80M | Unid. | 450 | R\$35,00 |
| 26. | TAMPÃO DE COMPENSANDO REDONDO 1,10M DIÂMETRO | Unid. | 450 | R\$19,00 |
| 27. | CORTINA DE LED 3,00X2,5M | Unid. | 90 | R\$60,00 |
| 28. | TRIO DE CILINDROS DE MDF | Kit | 70 | R\$80,00 |
| 29. | PAINEL REDONDO DE FERRO 1,50M DIÂMETRO | Unid. | 70 | R\$80,00 |
| 30. | VASO DECORATIVO P | Unid. | 70 | R\$30,00 |
| 31. | VASO DECORATIVO M | Unid. | 70 | R\$40,00 |
| 32. | VASO DECORATIVO G | Unid. | 70 | R\$50,00 |
| 33. | COLUNA DE MDF 0,30X0,70M | Unid. | 240 | R\$70,00 |
| 34. | TECIDO SUBLIMADO TEMÁTICO | Metros | 300 | R\$75,00 |
| 35. | MESA DE FERRO P | Unid. | 70 | R\$30,00 |
| 36. | MESA DE FERRO M | Unid. | 70 | R\$40,00 |
| 37. | MESA DE FERRO G | Unid. | 70 | R\$65,00 |
| 38. | BANDEJAS PORTA DOCES/SALGADOS | Unid. | 450 | R\$10,00 |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS**



CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

| | | | | |
|-----|---|---------|----|-----------|
| 39. | ORNAMENTAÇÃO DE EVENTO DE PEQUENO PORTE | Serviço | 36 | R\$300,00 |
| 40. | ORNAMENTAÇÃO DE EVENTO DE MÉDIO PORTE | Serviço | 36 | R\$500,00 |
| 41. | ORNAMENTAÇÃO DE EVENTO DE GRANDE PORTE | Serviço | 36 | R\$800,00 |

4.3. A administração municipal, oportunamente pagará ao CONTRATADO pelos serviços efetivamente prestados e comprovados pelas faturas emitidas e atestadas pela Secretaria demandante, através do Fiscal de Contrato, com os valores constantes da tabela aprovada;

5. DO LOCAL E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços poderão ser solicitados em qualquer dia da semana, compreendendo os dias segunda-feira a domingo.

5.2. A execução dos serviços / entrega dos produtos será de forma parcelada e deverá ser entregue junto ao local indicado, nos horários determinados, rigorosamente, onde serão verificadas todas as especificações exigidas, reservando-se ao Município o direito de recusar parcial ou totalmente aqueles em desacordo com o objeto contratado.

5.3. A prestação dos serviços só será realizado mediante apresentação de “Ordem de Serviços”, devidamente autorizada, emitida pelo setor competente da Administração Municipal.

5.4. A demanda será distribuída e organizada pelo Gestor do Contrato designado, devendo observar de forma igualitária a convocação para o desempenho das atividades.

5.5. Em caso de impossibilidade ou recusa da convocação, o Gestor do Contrato deverá certificar o fato no instrumento de controle para fins de convocação do próximo prestador credenciado.

5.6. O prestador contratado deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar em decorrência da execução do serviço;

5.7. As despesas decorrentes dos profissionais que executarão as atividades, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta da empresa credenciada, não cabendo a delegação ao Município de Bonfinópolis de Minas - MG.

6. DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO



- 6.1.1.** proporcionar todas as condições para que o Credenciado (a) possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do contrato, do edital e seus anexos, especialmente deste Termo de Referência;
- 6.1.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo (a) Credenciado (a), de acordo com as cláusulas contratuais;
- 6.1.3.** exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.1.4.** notificar o (a) Credenciado (a) por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços;
- 6.1.5.** zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo(a) Credenciado(a), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6.** Atestar a entrega dos serviços e submeter à aprovação do controle interno;
- 6.1.7.** Efetuar o(s) pagamento(s) na forma e condição (ões) contratada(s).

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CREDENCIADO(A)

- 6.2.1.** O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- 6.2.2.** A interrupção do atendimento por iniciativa da credenciada sem motivo justificado será considerada como abandono, sujeitando-a as penalidades previstas em Lei e neste Edital.
- 6.2.3.** Executar os serviços conforme especificações do termo de referência e edital, qual seja, prestação de serviços em cumprimento das cláusulas contratuais e na conformidade com as demandas da Secretaria;
- 6.2.4.** Apresentar a(s) fatura(s)/Nota Fiscal preenchida(s) de forma correta e em valor(es) correspondente(s) ao(s) previsto(s) no(s) contrato, em tempo de ser(em) processada(s);
- 6.2.5.** Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução dos serviços prestados;



- 6.2.6.** Pagar todos os tributos e encargos sociais devidos, referentes à execução dos serviços prestados;
- 6.2.7.** Assumir a responsabilidade de pagamentos aos seus funcionários, apresentado juntamente com a nota fiscal a quitação dos débitos trabalhistas, quando não se tratar de dirigente, sócio ou responsável da empresa que executará;
- 6.2.8.** Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que, direta e indiretamente, cometerem na execução dos serviços objeto do presente contrato, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada;
- 6.2.9.** Manter durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 6.2.10.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do serviço;
- 6.2.11.** Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal;
- 6.2.12.** Prestar toda assistência para o cumprimento do objeto contratual;
- 6.2.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.2.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 6.2.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 6.2.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 6.2.17.** Dar à Administração ciência de qualquer fato que interfira na execução normal do serviço, sugerindo as medidas de correção.

7. DAS PENALIDADES E MULTAS

- 7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:
- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração



ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.1. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, comunicação formal, por notificação escrita, por e-mail institucional ou com aviso de recebimento, versando sobre alguma desconformidade quanto à inobservância de deveres contratuais e/ou outras obrigações assumidas, com determinação da adoção das necessárias medidas de correção e adequação da relação contratual, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. **Multa:**

- a. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10(dez) dias;
- b. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- c. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem “7.1”, de 1% a 10% do valor do Contrato.
- d. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem “11.1”, de 2% a 10% do valor do Contrato.
- e. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.1, a multa será de 2% a 10% do valor do Contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS**



CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

f. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem “7.1”, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.

g. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem “7.1”, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

7.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.5.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b.** as peculiaridades do caso concreto;
- c.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados



conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

7.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. DA VIGÊNCIA:

8.1. A vigência do contrato oriundo desse credenciamento será de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado no interesse das partes até o limite permitido na Lei nº 14.133/2021.

8.2. O CREDENCIADO, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito à comprovação das mesmas condições exigidas na habilitação da empresa, no início do contrato.

9. DO DESCREDENCIAMENTO

9.1. O MUNICÍPIO poderá declarar rescindido o presente contrato, por motivo de:

9.1.1. O (A) CREDENCIADO (A) não cumprir as disposições contratuais;

9.1.2. Atraso na execução do(s) serviços;



- 9.1.3.** Subcontratação total ou parcial do objeto do presente;
- 9.1.4.** Dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários ou responsáveis;
- 9.1.5.** Decretação de falência da Empresa ou a instauração de insolvência civil dos proprietários;
- 9.1.6.** Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e homologadas pelo Prefeito Municipal;
- 9.2.** O órgão poderá realizar o descredenciamento quando houver:
- 9.2.1.** pedido formalizado pelo credenciado;
- 9.2.2.** perda das condições de habilitação do credenciado;
- 9.2.3.** descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- 9.2.4.** sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
- 9.2.5.** O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do caput não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.
- 9.2.6.** Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.
- 9.2.7.** Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.
- 9.2.8.** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.
- 9.3.** O (A) CREDENCIADO (A) poderá declarar rescindido o presente contrato, mediante aviso prévio escrito com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência, por motivo de:
- 9.3.1.** Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento da(s) fatura(s);
- 9.3.2.** A rescisão poderá ser feita por acordo entre as partes, ou judiciais nos termos da legislação.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1. O valor estimado para a referida contratação é de R\$1.068.510,14 (um milhão, sessenta e oito mil, quinhentos e dez reais e quatorze centavos).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS**

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br



11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. Os custos onerarão o orçamento 2025, conforme abaixo:

| | | |
|---------------------------|--------------|-----------|
| 02.01.01.04.122.0402.2010 | 3.3.90.39.00 | Ficha 80 |
| 02.01.01.04.122.0402.2011 | 3.3.90.39.00 | Ficha 86 |
| 02.02.01.04.122.0401.2015 | 3.3.90.39.00 | Ficha 116 |
| 02.04.01.12.122.1201.2019 | 3.3.90.39.00 | Ficha 147 |
| 02.04.01.12.361.1202.2021 | 3.3.90.39.00 | Ficha 170 |
| 02.04.01.12.362.1207.2034 | 3.3.90.39.00 | Ficha 188 |
| 02.04.01.12.364.1208.2036 | 3.3.90.39.00 | Ficha 200 |
| 02.04.01.12.365.1203.2219 | 3.3.90.39.00 | Ficha 211 |
| 02.04.01.12.365.1203.2220 | 3.3.90.39.00 | Ficha 220 |
| 02.05.01.10.301.1001.2038 | 3.3.90.39.00 | Ficha 294 |
| 02.05.01.10.301.1001.2039 | 3.3.90.39.00 | Ficha 305 |
| 02.05.01.10.305.1003.2048 | 3.3.90.39.00 | Ficha 421 |
| 02.06.01.08.122.0401.2050 | 3.3.90.39.00 | Ficha 442 |
| 02.06.02.08.244.0801.2239 | 3.3.90.39.00 | Ficha 493 |
| 02.06.05.13.391.1302.2226 | 3.3.90.39.00 | Ficha 528 |
| 02.06.05.13.392.1301.2065 | 3.3.90.39.00 | Ficha 544 |
| 02.06.06.23.695.2301.2096 | 3.3.90.39.00 | Ficha 557 |
| 02.07.01.20.122.2001.2075 | 3.3.90.39.00 | Ficha 571 |
| 02.07.01.20.606.2001.2109 | 3.3.90.39.00 | Ficha 587 |

Bonfinópolis de Minas, 17 de março de 2025.

Guilherme Franklin de Carvalho Santos
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Matrícula: 2284-0